



Nº 9

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE ÉVORA, REALIZADA EM 25 DE
SETEMBRO DE 1998

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e oito, reuniu, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informação do Presidente da CMÉ
- 2 - Empréstimo de médio prazo até 350.000.000\$00
- 3 - Lançamento de Derrama para 1999
- 4 - Contribuição Autárquica

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

Verificada a ausência do 2º Secretário, Sr. António Joaquim G. R. Serrenho, o Sr. Presidente solicitou à Sra. D. Maria da Conceição Sarmento Couvinha para completar a Mesa.

Feita a chamada, constatarem-se mais as seguintes presenças: José Zorrinho, Maria do Céu Ramos, José Simão, Acácio Alferes, José Russo, Ricardo Rita, Margarida Félix, Celino Silva, Carlos Percheiro, Silvino Alhinho, Maria Helena Silva, Carlos Cunha, Fernando Casqueiro, Francisco Rato, António Foito, Estevão Bicho, Isidro Lobo, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, Maria Gabriela Silva, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

Faltaram os(as) Senhores(as): Lino de Carvalho, José Cardoso, Manuel Patrício, Nuno Monteiro, Luís Bettencourt, Carmen Balesteros, Maria do Céu Costa, Bernardino Grilo, José Serra, Jerónimo Mendes, Francisco Estevão, Joaquim Trolhas e Manuel Rico.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelo Vereador Jorge Pinto.



Logo após, o Sr. Presidente passou a descrever todo o expediente que deu entrada no Secretariado deste Órgão Autárquico desde a sua derradeira reunião ordinária, tendo lido na globalidade o ofício enviado por um dos membros do plenário, o Sr. Prof. Manuel Ferreira Patrício, datado de 16.09.98, no qual pede a suspensão do mandato ao abrigo do disposto no artº 72º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, por um período não superior ao estipulado no seu nº 4. Neste contexto, o Sr. Presidente inquiriu aos presentes se pretendiam pronunciar-se sobre o assunto ou se punham alguma objecção à substituição do referido eleito, não se tendo registado qualquer intervenção ou reacção impeditiva de tal se consumar. Continuando, o Sr. Presidente leu, também, integralmente um ofício remetido pelo Sr. Governador Civil de Évora, de 20.09.98, convidando todos os membros da Assembleia para uma reunião subordinada ao tema "Regionalização e Descentralização", o ofício nº 11594, de 20.07.98, oriundo da C.M.É., no qual se convida igualmente todos os elementos da A. M. a tomarem parte numa sessão de apresentação do projecto ÉVORACOM, e uma missiva remetida pelo Grupo Parlamentar do PCP, datada de 30.07.98, contendo, em anexo, uma cópia do requerimento apresentado pelo deputado Lino de Carvalho ao Governo sobre "Fraccionamento de prédios rústicos para construção de logradouros de prédios urbanos e/ou para construção urbana (as quintinhas)".

Tendo o Sr. Presidente feito também alusão a um ofício expedido pela Junta de Freguesia de N.ª S.ra de Machede, com a data de 11.07.98, relativo ao assunto "Isolamento de S. Vicente de Valongo", o Sr. José Russo considerou interessante fazer-se a leitura do mesmo ou que o respectivo Presidente de Junta desse conta da situação.

O Sr. Presidente esclareceu que não fez a leitura do documento porque ele é uma repetição de um outro enviado anteriormente, entretanto lido.

O Sr. José Piteira, Presidente da J. F. de N.ª S.ra de Machede, anunciou que remeteu o ofício em questão não só à A. M. mas também ao Pró-Alentejo, à CCRA, ao Sr. Governador Civil e à C.M.É., cujo conteúdo revela as dificuldades sentidas pela população de S. Vicente de Valongo em termos de falta de transportes públicos, especialmente quando aconteceu a desactivação do ramal da CP Évora/Reguengos, e como lhe chegou ao conhecimento que foi lançada uma candidatura para construção do troço entre a citada povoação e a sede da freguesia, tomou a iniciativa de auscultar as Instituições atrás citadas para ficar a saber se o processo está em andamento.

O Sr. Vereador Jorge Pinto informou que a CMÉ apresentou candidatura ao Programa LIDER para construção da mencionada estrada, estando ela genericamente aprovada, cujo projecto será entregue até ao final deste ano, para ter início de execução



em 1999.

O Sr. António Foito, lembrando que foi posto, na altura, um autocarro em circulação para colmatar o encerramento do ramal de caminho de ferro Évora/Reguengos, para o qual haviam ameaças de deixar de prestar o serviço, perguntou ao Sr. Presidente da J. F. de N.ª S.ra de Machede se o mesmo ainda está em funcionamento.

O Sr. José Piteira confirmou que a carreira ainda se mantém.

DISCUSSÃO DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à consideração do plenário as actas das reuniões de 30.-01.98, 27.02.98 e 25.06.98.

O Sr. Acácio Alferes, relativamente à acta de 30 de Janeiro, propôs a seguinte alteração:

- Pag. 6 - Emendar a redacção do 2º parágrafo para: O Sr. Acácio Alferes declarou não concordar que a "Área de Intervenção" se limitasse ao centro histórico e exemplificou: "Suponhamos que existem 2 munícipes cujas habitações necessitam de obras de reabilitação. Um deles reside no centro histórico e o outro, que até usufrui de um rendimento per capita mais baixo, numa freguesia rural. Não se pode aceitar a existência de um "Regulamento Municipal" que prevê auxiliar a realização das obras para a reabilitação da habitação do 1º munícipe e exclua o 2º até mais carenciado, só porque não reside no centro histórico".

A Sra. D. Maria do Céu Ramos comunicou não ter tido possibilidades de ler as actas em apreciação, não se sentindo, por isso, em condições para as aprovar em consciência, particularmente aquela que se refere ao Plano de Actividades e Orçamento, pormenor que a motivou a sugerir ao Sr. Presidente o protelamento da votação das supracitadas para a próxima reunião ordinária.

O Sr. Presidente interrogou à Sra. D. Maria do Céu Ramos se estava a pôr o problema do ponto de vista do conjunto dos documentos ou de uma só, e, neste caso, que elucidasse qual era.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos respondeu que eram todas em concreto.



O Sr. José Russo concordou com a sugestão apresentada pela oradora antecedente e chamou à atenção para o facto de na acta de 25.06.98 se narrar que a Sra. D. Margarida Projecto e a Sra. D. Carmen Balesteros lerem textos alusivos ao tema em debate (a Biblioteca Pública de Évora) e de os mesmos não aparecerem junto ao documento, apesar de dele fazerem parte integrante.

O Sr. Acácio Alferes, abordando o problema levantado pela Sra. D. Maria do Céu Ramos, considerou que a Assembleia podia correr riscos, no futuro, se aceitasse o princípio de adiar a discussão ou a votação duma acta só porque qualquer dos seus membros não teve tempo de a ler, tendo opinado que isso não era motivo suficiente para o plenário deixar de deliberar sobre os documentos em questão.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos acentuou que colocara com a maior abertura a circunstância em que se encontrava, aceitando, obviamente, qualquer decisão da A. M., a qual tanto servia para si como para qualquer dos seus eleitos no futuro.

O Sr. José Russo deu a conhecer que também só tivera ocasião de ler uma das actas, a da sessão de 25 de Junho, talvez por ser a mais pequena, concordando, contudo, com a tese defendida pelo Sr. A. Alferes, de que a Assembleia não podia adoptar um sistema de adiar, por norma, a aprovação das mesmas, sendo importante tomarem-se decisões em relação à forma expedita de resolver estes casos, para os seus membros não serem confrontados com pacotes de actas por deliberar.

O Sr. Presidente frisou que nem sempre é fácil à Mesa assumir posições, sobretudo quando as matérias não estão contempladas no Regimento, como é o caso em apreciação, sugerindo que esta questão fosse objecto de ponderação por parte da equipa que está a proceder à revisão do acima citado documento.

De qualquer modo e sem pretender inconsiderar as palavras proferidas pelo Sr. A. Alferes, o Sr. Presidente propôs que se adiasse a votação das actas em equação, recomendando, ao mesmo tempo, que não se fizesse disto um precedente, para não se gerar a situação apontada por aquele autarca.

Relativamente ao reparo feito pelo Sr. J. Russo, o Sr. Presidente explicou que é prática corrente os textos serem apenas referidos nas actas e, depois, se alguém os quiser requere-os à Assembleia.

Entretanto, o Sr. Celino Silva confirmou o último esclarecimento do Sr. Presidente, não deixando de alvitar que se enviasse a cada elemento do grupo de trabalho da Biblioteca uma colecção dos documentos lidos na sessão de 25.06.98, de maneira a ficarem inteirados das diligências que se convencionaram levar a cabo.



O Sr. Presidente asseverou que o alvitre do Sr. Celino não prejudicava que qualquer membro da A. M. pudesse solicitar os mencionados documentos ou outros quais quer e tomou a decisão de encerrar a discussão das actas em causa, em virtude de nenhum dos presentes ter discordado da sua proposta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período em título e em virtude de ter chegado à Mesa um documento subscrito por 5 eleitos do PS, no qual se saúda todos os cidadãos, movimentos e partidos políticos empenhados na vitória do SIM no referendo do próximo dia 8 de Novembro, o Sr. Presidente leu-o na globalidade, ficando apenso a esta acta e dela fazendo parte integrante.

Posta a "Saudação" à ponderação do plenário, a Sra. D. Maria do Céu Ramos anunciou que o PSD iria votar contra o mesmo, por discordar não só dos pressupostos em que ela assenta, mas também da afirmação de que a regionalização contribuirá para esbater as assimetrias ou para aprofundar a solidariedade inter-regional.

O Sr. Acácio Alferes revelou que todos os eleitos do PS subscreviam o documento, apesar de estar só assinado por cinco.

O Sr. José Russo saudou o aparecimento da proposta e divulgou que a CDU reiterava o seu conteúdo e que iria votá-la favoravelmente.

Colocado o documento à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com dois votos contra.

Consumado aquele acto, o Sr. Estevão Bicho noticiou que a J. F. de Canaviais e uma Comissão de Honra constituída para o efeito, vão inaugurar a Praça José Joaquim Calado Piteira, no próximo dia 4 de Outubro, pelas 15,00 horas, e, simultaneamente, homenagiar, a título póstumo, o designado autarca, o qual desenvolveu um prestimoso trabalho ao longo de 11 anos em prol da Junta, convidando, para tanto, os membros da A. M. a estarem presentes.

O Sr. José Simão transmitiu que ontem se encontrava na Praça de Giraldo e olhou cuidadosamente para os prédios ali existentes, tendo constatado que 4 deles pos-



suem ar condicionado na frontaria e que uma série de outros estão com mau aspecto, citando que é imperioso fazer-se uma reflexão sobre isto e encontrar mecanismos para remediar a situação, de molde a conferir àquele espaço uma imagem mais digna, para estar à altura doutras praças europeias, até porque o fluxo de turistas que nos visitam é cada vez maior.

O Sr. Ricardo Rita sugeriu que fosse atribuído à A. M. o endereço do correio electrónico, em articulação com o projecto ÉVORANET da CMÉ, para facilitar e ajudar o seu funcionamento.

Tendo a J. F de S. Bento do Mato solicitado à edilidade a colocação dumas placas à entrada da via que dá acesso a Azaruja, o Sr. João Ricardo deu a conhecer que a resposta da mesma foi negativa, porque, passou a citar, "existem critérios, já previamente definidos, em que numa determinada estrada se indicam as localidades mais importantes", facto este que o magoou e o motivou a comentar que era levado a pensar que a sua terra não é importante.

Ainda sobre este assunto adiantou: "Se esta importância está relacionada com o tamanho....., bom, na realidade, a Azaruja não é uma aldeia muito grande. Agora se a importância está relacionada com o desenvolvimento, com a riqueza que ela produz e com o papel estratégico que ela desempenha no concelho, este critério deixa-me um bocado preocupado, sob pena de eu nunca conseguir que aquela terra sirva para alguma coisa".

Por fim, pediu à Vereação que explicasse como é que se mede a importância duma determinada localidade.

O Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Ricardo Rita, clarificou que para se poder accionar o sistema sugerido, era preciso que a Assembleia dispusesse de um computador.

O Sr. José Piteira deu conta que foi com algum agrado que recebeu a informação das actividades da CMÉ, mas ficou surpreso quando leu na pág. 3: "O chamado processo das quintinhas ocupou grande parte da actividade política, ao nível das sessões da Câmara". Este trecho impeliu-o a observar: "Não basta a autarquia dispôr apenas de 2 Vereadores a exercerem funções, como ainda serem ocupados propositadamente neste tipo de processos, em detrimento de outros muito mais significativos para os municípios".

O Sr. Ricardo Rita, abordando a tese defendida pelo Sr. Presidente, esclareceu que para verificar o correio electrónico não é necessário ter um computador, dado que



o dito fica guardado no servidor, neste caso na ÉVORANET (C.M.É.) e a seguir pode-se imprimir e levar ao funcionário.

O Sr. Vereador Jorge Pinto, reportando-se à questão posta pelo Sr. José Simão, elucidou que se se estiver atento ao esforço que o Município tem feito nos últimos 4/5 meses, percebe-se que, dentro daquilo que são os aspectos legais, a sua acção se intensificou particularmente, uma vez que o volume de intimações a proprietários, por prédios devolutos e por edifícios habitados em mau estado, por ares condicionados, por publicidade, etc., tem sido na média de 3 ou 4 por semana. Mais, estão adjudicadas, a empreiteiros, algumas intervenções da Câmara em substituição de proprietários, sendo preciso ser-se muito rigoroso neste critério, na medida em que não haveria orçamento municipal de resistisse a uma forte intervenção sistemática em substituição do dono que deixa degradar os seus imóveis.

No que toca às críticas formuladas pelo Sr. João Ricardo, convidou este eleito a participar numa reunião com os técnicos da Câmara e da JAE e consigo próprio, destinada à aprovação final, em consciência, da remodelação de toda a sinalética de Évora, não deixando de acentuar que o problema não é dizer que Azaruja é mais importante do que Évoramonte ou vice-versa, sendo sim o de se ter a noção que a sinalética serve para indicar a quem não tem a informação detalhada no sentido de orientação, exemplificando que um automobilista quando quer seguir pelo trajecto Évora/Estremoz e consulta um mapa, toma por referência os locais mais significativos, em termos de dimensão, que são Estremoz e Espanha.

O Sr. José Simão expressou não questionar as afirmações do Vereador J. Pinto, porque são visíveis, neste momento, dezenas de obras de recuperação de coberturas por todo o centro histórico, concordando, paralelamente, que a legislação vigente é ineficaz em relação à possibilidade de actuação das autarquias em casos de degradação de edifícios, e realçando que o seu discurso teve mais a ver com outros pormenores, como, por exemplo, o aparecimento de teias de aranha em prédios devolutos e a falta de pintura de janelas, portas e paredes, que, com pouco dinheiro, seriam facilmente resolúveis.

O Sr. Isidro Lobo felicitou o Executivo pelo trabalho desenvolvido na estrada de Igrejinha, a qual ficou bastante melhorada, só que nela existem alguns perigos, principalmente na travessia duma ponte a seguir aos "Apóstolos", dado que ficou apenas com uma faixa de rodagem, o que pode dar origem a alguns acidentes, tendo apelado para que o problema seja resolvido.

Por outro lado, achou caricato que os automobilistas sejam obrigados a transitar a 50 Kms/hora em certos troços da cidade, como acontece na variante, sugerindo que



fosse permitida a circulação a 70 Kms/hora nas vias mais largas para se evitar engarrafamentos.

O Sr. Vereador Jorge Pinto, respondendo ao Sr. Lobo, disse ter tomado nota da questão da estrada da Igrejinha.

Quanto ao assunto dos limites de velocidade, explicou que isso decorre do Código da Estrada, não podendo o Município intervir nessa matéria porque é a Lei que os impõe.

O Sr. Diamantino Dias fez alusão a uma iniciativa levada a efeito por um movimento cívico, que é liderado por um dos Vereadores do PS da C.M.É., e que é, simultaneamente, Presidente da C.C.R.A., o qual utilizou um número de telefone deste organismo para a mobilização do referido encontro, coisa que o preocupou.

Prosseguindo, o Sr. Diamantino exprimiu ter ficado ainda mais apreensivo quando viu o mencionado Vereador falar numa estação televisiva transferindo as suas próprias responsabilidades para outros, pelo que considerou que não é com esta promiscuidade que se dignifica a vida política no concelho.

O Sr. José Simão elucidou que o Fórum Alentejo possui uma Comissão Executiva (da qual o Dr. José Ernesto já não faz parte) que realizou um debate, convidando para a mesa as seguintes personalidades: ele próprio (do PS), o Dr. Carlos Almeida (do PSD), o Sr. Presidente da Região de Turismo, que recusou, e o jornalista Carlos Júlio (do Imenso Sul) para o liderar. O que se passou foi que foram dados contactos pessoais, um para de dia e outro para de noite, sendo o 1º linha directa do Dr. Francisco Sabino (da CCR) e o 2º do Dr. João Barradas, sendo de registar que os telefonemas foram feitos de fora para dentro, achando o Sr. Simão não ser motivo para tanto empolamento e ser uma ocorrência fruto de alguma ingenuidade.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos fez saber que teve já hoje oportunidade de falar aos órgãos de comunicação social sobre esta questão, afirmando que a explicação do Sr. J. Simão foi feita cheinha de boa-fé, carregada de razões pessoais, políticas e objectivas, mas vincando que isso não basta ao cidadão anónimo que vê as coisas de fora e que se preocupa com a forma como é gerida a administração pública e a maneira como os responsáveis dos vários órgãos desta gerem os meios e os recursos, sobretudo porque impende sobre essas individualidades uma responsabilidade cada vez maior e uma responsabilidade que decorre, aliás, de críticas passadas que exigem acções presentes. De modo que, independentemente do que cada um entende dizer, aquilo que o PSD disse publicamente (aos órgãos de comunicação social) e agora reitera, é que têm que ser explicados formalmente os factos e têm que ser apuradas



as responsabilidades.

O Sr. José Zorrinho explicitou que o Fórum Alentejo é um movimento cívico autónomo dos partidos políticos, criado por escritura notarial, e que, por acaso e neste momento, nenhum dos elementos da sua Comissão Executiva é militante de qualquer força política, não sendo, portanto, dirigido pelo Sr. Presidente da C.C.R.A.. Por outro lado, clarificou que se houvesse uma opção institucional deste movimento cívico para usar um número de telefone duma entidade pública para realizar uma actividade, isso seria e deveria ser totalmente condenável. Mas como não o foi, o caso deveria merecer um tratamento pedagógico, concordando, todavia, que devem ser apuradas responsabilidades e que as pessoas devem ser chamadas à atenção. Para concluir, recordou que a situação foi despoletada por um comunicado do PCP local, que confundiu um movimento cívico com um partido político, e a seguir a notícia da televisão também faz ostensivamente essa confusão.

O Sr. Silvino Alhinho declarou que, apesar dos apelos à pedagogia formulados pelo Sr. Zorrinho e do depoimento do Sr. Simão, não se podia branquear um facto que ocorreu, tendo interrogado quantas chamadas o Dr. Francisco Sabino terá recebido e quantas horas de fuga ao trabalho terão acontecido (serviço que não produziu) para organizar o jantar em causa.

O Sr. José Russo comentou parecer-lhe que as justificações apresentadas pelos eleitos do PS acerca do tema em debate eram um pouco falaciosas, porquanto foi da do o número de telefone de um serviço público para organizar um encontro, com ou sem dirigentes políticos, e aí é que surge a ausência de transparência, porque não se pode utilizar os instrumentos de trabalho dos citados serviços, quer sejam humanos ou técnicos, para organizar acções políticas.

Ainda sobre este acontecimento, o Sr. António Foito opinou que se tratou da transformação da CCR numa agência de organização duma actividade política, e dando a conhecer que também viu o anúncio no jornal, onde constava o nome do senhor e o número de telefone, tendo depois perguntado: Quantas pessoas lá estiveram ? Não sei ! (respondeu) Mas por onde é que elas se mobilizaram e por onde é que se inscreveram ? Quem é que tratou disso ? Quem é que permitiu o Sr. Francisco Sabino fazer esse trabalho durante o dia ?

O Sr. José Zorrinho, voltando a falar sobre este assunto, acrescentou que este tipo de discussão, quando se particulariza, é ridícula e lamentável, fazendo ver que houve um erro reconhecido, cometido por ingenuidade, segundo o seu parecer, para



o qual os responsáveis já lançaram processos de averiguação, não deixando, depois, de questionar: Quer esta Assembleia dizer já qual é a pena ? Quer participar na discussão da pena pública ? Se quiserem, sugiram, adiantou. Querem mandar um recado ao Presidente da CCR dizendo "peça a demissão da função pública do Sr. Francisco Sabino e do Sr. João Barradas à Direcção Geral de Educação" ?

O Sr. José Simão asseverou, em aditamento à sua anterior alocução, que era evidente que se pretendia envolver o Partido Socialista nesta questão, quando o mesmo não teve qualquer responsabilidade no sucedido.

Adiante, respondendo às críticas do Sr. Alhinho, explicou que estiveram presentes pouco mais de trinta pessoas no referido debate, das quais apenas 3 ou 4 se inscreveram por telefone, pelo que o Sr. Sabino e o Sr. Barradas não dispenderam muito tempo a receber as chamadas.

Mais adiante desejou colocar as coisas a um outro nível, anunciando que é um dos subscritores do Movimento "Alentejo SIM", e pondo em equação que quando se vê este género de questões postas desta maneira, sem se saber distinguir o que é acessório do fundamental, não será motivo para perguntar: Será que os anti-regionalistas não têm razão ? Será que nós temos uma classe política à altura das circunstâncias e das responsabilidades que temos, em relação a saber-mos discernir o que é importante do que não é ? Será que vamos no bom caminho ?

O Sr. José Russo, reagindo à intervenção do orador antecedente, declarou que não era a ocasião adequada para trazer à "baila" argumentos doutra natureza, porque assim também se sentia perfeitamente à vontade para evocar alguns comportamentos dos eleitos do PS na CMÉ, sendo sim importante considerar que, segundo o seu pensamento, as duas individualidades em causa (o Sr. Sabino e o Sr. Barradas) não resolveram sôzinhas pôr os números de telefone no jornal, presumindo-se que a decisão tenha sido tomada numa reunião onde havia mais pessoas, porque se se tratou dum fórum cívico, com certeza que existiu uma organização para o efeito.

O Sr. Carlos Percheiro disse que não valia a pena o PS minimizar a questão, porque se o problema se se colocasse com o PCP, provavelmente ele seria abordado nos órgãos de comunicação social uma série de dias, tal como tem sido prática corrente do atrás citado Partido relativamente à Câmara de Évora.

O Sr. Diamantino Dias realçou a dissertação do Sr. Zorrinho, no que concerne à condenação da atitude em apreço, e afirmou não perceber o último discurso do Sr. J. Simão, porquanto teve conhecimento de pessoas que telefonaram para a CCR para se inscreverem, facto que o levou a observar: "meus senhores, por favor, não quei



ramos branquear uma coisa que é grave".

Logo após, sublinhou que se tratou de uma organização de um acontecimento público, com o apoio de serviços públicos, cujos responsáveis foram personalidades políticas e não as pessoas atrás apontadas.

O Sr. Carlos Cunha fez notar que era importante esclarecer que uma coisa é o Fórum Alentejo e outra coisa é o Partido Socialista, e que os órgãos dirigentes de ambos não são os mesmos, salientando não conseguir fazer uma ligação imediata e directa entre o Fórum Alentejo e o Dr. José Ernesto, e explicitando que o PS não podia ser acusado de nada, porque não interferiu no caso.

Paralelamente, corroborou que se tratou de um erro, e que o processo tem que ser instaurado (e já foi), e que tem que ter consequências, dentro das normas legais.

O Sr. Ricardo Rita desejou enfatizar um aspecto que ainda não tinha sido focado, que teve a ver com o facto de uma funcionária da CCR ter recebido instruções para apontar os nomes das pessoas que iam ao jantar, segundo poudo verificar na reportagem transmitida pela SIC, qualificando isto também de grave.

No domínio do assunto em análise, a Sra. D. Maria Gabriela deu conta que, aquando duma visita do Sr. Presidente da República a uma Sub-Região do IEFP do Alentejo, uma pessoa sua amiga lhe escreveu uma missiva a avisar que estava a ser preparada uma carta-convite para um jantar com o Sr. Presidente da República, na qual se mencionava o número de telefone do Centro de Emprego tal para se fazerem as marcações. Como ficou preocupada, a Sra D. Maria Gabriela ligou para o número em causa, tendo constatado que o mesmo não era o daquela Instituição, mas sim o de uma unidade de inserção na vida activa dos jovens, que é financiada pelo Instituto. Também apurou que a responsabilidade do acto adveio duma pessoa que tinha sido admitida há pouco tempo como coordenadora da referida unidade de inserção, que, fruto da sua ingenuidade, deu indicação para se colocar o número de telefone do seu serviço para o efeito, só que a carta-convite não chegou a ser distribuída. Tudo isto para demonstrar que era abusivo a Assembleia estar a tirar a ilação que alguém com responsabilidades acima dos funcionários atrás descritos (o Sr. Sabino e o Sr. Barradas) mandou que se usasse o telefone da CCRA para se proceder às inscrições.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos, para reforço da sua anterior alocução, expressou regeitar, à partida, quaisquer intervenções, acções ou medidas que venham a ser tomadas que façam dos designados funcionários bodes expiatórios, porque isso ainda será o mais repulsivo de tudo.



Sobre a questão de o Fórum Alentejo possuir dirigentes ligados ou não ao PS, recordou que o Sr. Zorrinho, numa das últimas sessões da Assembleia, falou imenso daque la associação e das perspectivas que ela abria e das possibilidades que trazia, não se podendo olvidar que os responsáveis da administração pública são do PS, pelo que, se num determinado patamar ou num determinado ponto, não há confluência entre as partes, é preciso ter presente que são os mesmos que mandam, nomeiam e têm responsabilidade política sobre o modo como a administração pública é usada.

Esgotadas as inscrições para debate, o Sr. Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M.É.

O Sr. Presidente da C.M.É. informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Junho, Julho e Agosto/98, realçando principalmente os seguintes aspectos: a realização da exposição "Do Mundo Antigo aos Novos Mundos", a decorrer no Museu do Artesanato; a efectuação de vários espectáculos inseridos no Programa "Viva a Rua"; as obras de ampliação do Mercado Abastecedor, destinadas à instalação dum cash & carry; o Programa ÉVORACOM, que vai constituir uma grande alteração na vida económica do centro histórico; a elaboração dum Plano Estratégico para a Cultura do Município, integrado na rede europeia de cidades de média dimensão; a recepção feita ao Sr. Presidente da República do Uruguai, que veio acompanhado por uma vasta delegação, e ao Sr. Presidente da Câmara de Fez, de Marrocos; a formação recebida por 5 técnicos moçambicanos, que vieram inteirar-se do funcionamento da autarquia, ao nível administrativo e contabilístico; a ajuda dada à cidade de Suzdal; à conclusão da rotunda das Portas de Machede e ao arranque das obras da rotunda do Chafariz D'El-Rei; e ao término da edificação do Terminal Rodoviário, que está previsto para o final do corrente ano.

A um outro nível, o Sr. Presidente da CME teceu uma análise detalhada sobre o problema das "quintinhas", certificando que este assunto tem ocupado bastante tempo da edilidade, porque constitui um desafio à degradação do ordenamento urbanístico de Évora.

Por fim, manifestou o seu regozijo pelo acompanhamento e apoio cedido à nova fábrica da Siemens, cujo empreendimento constitui uma mostra para todos os empresários verificarem que vale a pena investir nesta cidade.



Entretanto, o Sr. Presidente chamou à atenção do Sr. Presidente do Executivo para a questão levantada pelo Sr. José Piteira, à qual poderia ser já dada resposta.

O Sr. Presidente da C.M.É. confirmou, de novo, que se tem perdido demasiado tempo com o tema das quintinhas em sucessivas reuniões com os eleitos do PS, porque estes não aceitam os impedimentos de que enfermam as suas posições, em virtude de serem, simultaneamente, Vereadores e directores de órgãos regionais, tendo exemplificado com o facto de, quando o Executivo propôs a revisão do Plano Director Municipal, o Vereador José Ernesto Oliveira declarou, no acto da votação, que se sentia impedido, dado que o PDM tem que ser sujeito ao parecer vinculativo da CCR, não o aceitando, porém, na discussão de matérias relacionadas com o mesmo.

O Sr. José Russo desejou tecer algumas observações sobre a informação das actividades da Câmara, começando por sublinhar o ciclo de importantes e grandes exposições que a autarquia tem levado a cabo, em conjunto com a Comissão dos Descobrimentos, cujos eventos têm contribuído fortemente para o desenvolvimento da área cultural do concelho, não deixando de defender a ideia de que Évora precisa, com urgência, de uma muito boa galeria para animar e alimentar a sua vida cultural. Depois, destacou a realização do programa "Viva a Rua" e o esforço desenvolvido pela Vereação para conferir uma superior qualidade aos respectivos espectáculos, dando como exemplo o concerto efectuado pela artista Cesária Évora.

Posteriormente, fez referência ao Plano Estratégico Cultural para a cidade de Évora, considerando este o processo correcto e justo para melhorar o nível cultural da urbe.

Mais à frente, aludiu às obras realizadas no Teatro Garcia de Resende, dando a conhecer que no próximo dia 22 de Outubro irá ser inaugurada a renovação da plateia, que coincidirá com a estreia da nova produção do CENDREV, e convidando os presentes a assistir à sessão.

Para terminar, noticiou que teve ocasião de participar na reunião onde foi apresentado o projecto ÉVORACOM, apelidando o mesmo de instrumento fundamental para a alteração da fisionomia e das condições de vivência da cidade.

O Sr. Silvino Alinho, reportando-se também à Informação do Sr. Presidente da C.M.É., reconheceu que se notou, na cidade, um aumento significativo de visitantes no decorrer da EXPO/98, e demonstrou interesse em saber até que ponto é que isso chocou ou não com os problemas que se levantaram ao nível do Posto de Turismo.

Paralelamente, inquiriu se o programa "Viva a Rua" ficou circunscrito à cidade intra-muros ou se se estendeu para o exterior, nomeadamente para os bairros e para as freguesias rurais, que são zonas onde é preciso promover animação e vivificar



hábitos e tradições, e opinou que, caso isto não tivesse sido feito, se deveria descentralizar a efectuação das futuras produções pelos supracitados.

Por outro lado, tendo presente que o documento em apreciação aborda aspectos gerais sobre a preparação da Feira de S. João do próximo ano, perguntou, relativamente á sua localização, se já havia alguma ideia ou alguma proposta para o efeito.

Seguidamente, fez referência ao atraso verificado na Central de Camionagem, as quais se previa que estivessem concluídas em Dezembro/97, facto que ainda não aconteceu até ao momento.

Em virtude de a informação relatar que houve uma acção extraordinária de limpeza na Freguesia da Senhora da Saúde, o Sr. S. Alinho disse que gostaria de saber se a mesma foi extraordinária ou se foi uma extraordinária acção, na medida em que não existiu intervenção noutras freguesias, concretamente na da Malagueira, onde a erva e o capim, nalgumas ruas e no pico do Verão, atingiu alturas significativas.

Para terminar e relativamente ao ÉVORACOM, sublinhou a dissertação do orador antecedente e fez saber que participou na sessão de apresentação que foi feita aos membros da Assembleia, que teve lugar no Palácio de D. Manuel, tendo ficado com a ideia clara de que se trata dum projecto ambicioso, o qual poderá potenciar a cidade de outra forma, no plano urbanístico, e será uma oportunidade única para os comerciantes promoverem os seus espaços.

O Sr. João Ricardo sugeriu que a actividade cultural da Câmara deveria ser distribuída por todo o concelho, nomeadamente à Freguesia de Azaruja, porque os acontecimentos desta natureza permitem a fixação das pessoas ao local, não deixando de lembrar que decorrem obras na sede do Grupo União Recreio Azarujense, para as quais se continua a aguardar um subsídio prometido pelo Município em 1997.

Quanto às palavras proferidas pelo Sr. Presidente da CMÉ, respeitantes às visitas a Évora, alvitrou, também, que as mesmas fossem estendidas, sempre que possível, a todo o concelho, nomeadamente à Azaruja, dado que está lá em curso a construção dum Parque Industrial, podendo haver alguém que esteja interessado em investir no local.

Perante os apontamentos expostos, o Sr. Vereador Jorge Pinto prontificou-se a esclarecê-los, começando por aflorar os problemas surgidos com o Posto de Turismo, tendo revelado que foram feitas 3 tentativas de descontaminação do espaço, parecendo que a última experiência está a dar resultados positivos, admitindo que a situação perturbou o encaminhamento dos turistas para lá.

Seguidamente, cingindo-se à penúltima crítica formulada pelo Sr. S. Alinho, adi-



antou que não foi feita uma acção extraordinária de limpeza, mas sim uma extraordinária limpeza realizada em toda a cidade e um grande esforço desenvolvido por vários serviços do Município, uma vez que foram gastas muitas centenas de horas no seu processamento, não deixando de reconhecer, todavia, que ainda existem arruamentos que necessitam de intervenção.

No que concerne ao ÉVORACOM, classificou o projecto não só de ambicioso mas também de complexo, pelos seguintes motivos: Primeiro - Porque envolve mais de 300 comerciantes que necessitam de perceber o que é um centro comercial ao ar livre, em que cada um não pode estar virado para si mas sim todos virados para uma gestão colectiva do mesmo; Segundo - Porque a CMÉ vai fazer uma grande intervenção urbanística de qualidade, para retirar as vantagens competitivas do que é um centro comercial ao ar livre.

Sobre a Feira de S. João, avançou que o futuro parque terá possibilidades de ser programado, a partir do próximo ano, com a Revisão do Plano de Urbanização e com a concretização da aquisição dos terrenos e através do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Quanto ao atraso verificado nas obras da Central de Camionagem, manifestou estar preocupado com a situação, visto que a empresa a quem foi atribuída a empreitada, que é só o maior grupo económico de construção civil existente em Portugal, não tem cumprido com os prazos, tendo sido o de 31 de Outubro o último por ela pedido. Face a isto, o Vereador J. Pinto deu a conhecer que o Executivo já tomou a decisão de não autorizar mais adiamentos, porque o Terminal é para abrir em Janeiro de 1999.

Relativamente à sugestão formulada pelo Sr. Presidente da J. F. de S. Bento do Mato, para que as visitas sejam estendidas a todo o concelho, clarificou que é difícil pôr a mesma em prática, na medida em que, a maior parte das vezes, os estadistas vêm a Évora por 1 hora, fazem uma visita de 10m à Câmara e de 30m ao centro histórico, não sendo lógico dizer-lhes para se deslocarem a determinado local do concelho em apenas 20m.

Para acabar, deu conta que o Ministério da Economia decidiu desenvolver, nos próximos 6 meses, a elaboração de uma grelha para definição da qualidade dos parques industriais existentes em Portugal, sendo de destacar que fazem parte do grupo constituído para o efeito não só várias entidades da Administração Central mas também 3 autarquias, uma delas a C.M.É., cujo convite foi feito não pela correspondência política da edilidade com o Governo, mas sim pelo conhecimento objectivo da qualidade do Parque Industrial da cidade.

Ainda com respeito à sugestão colocada pelo Sr. J. Ricardo, o Sr. Presidente da CMÉ acrescentou que muitas das personalidades que nos visitam vêm com o sentido



claro de conhecer o centro histórico, mas, se no futuro algumas delas manifestarem desejo de visitarem outros pontos do Município, ficava registado o interesse da J. F. de S. Bento do Mato para o fim em vista.

Não desejando mais alguém pronunciar-se sobre o 1º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente deu-o por terminado.

PONTO 2 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO ATE 350.000.000\$00

O Sr. Vereador Jorge Pinto enunciou tratar-se duma proposta tendente a consultar várias instituições de crédito de modo a ser contratado um empréstimo a 5 anos (com amortizações nos últimos 4 anos de vigência do mesmo), no valor de 350.000 cts, destinado a substituir um empréstimo em conta-corrente de igual montante, junto do Banco Pinto & Sotto Mayor, integralmente utilizado desde 31.12.97, permitindo uma significativa melhoria nos encargos com juros e uma definição temporal do regime de amortizações, faltando, para tanto, a aprovação da A. M..

O Sr. José Zorrinho divulgou que o grupo de eleitos do PS iria votar a favor da proposta, viabilizando, assim, o normal funcionamento da Tesouraria da Câmara, não deixando, contudo, de fazer referência a dois excertos do ponto 7 da acta da reunião de 30.01.98, nos quais se cita, no 1º parágrafo, que "O Sr. Presidente da CMÉ especificou que os empréstimos em equação são para suprir dificuldades momentâneas de tesouraria, os quais têm que estar extintos no fim do ano.....", e, no 2º parágrafo, que "O Sr. José Zorrinho referiu que, ao contrário do que afirmou o Sr. Presidente da CMÉ, os empréstimos de curto prazo são suprimidos no final do ano, porque normalmente são transferidos para médio e longo prazo....", pretendendo demonstrar, desta maneira, que a apresentação desta proposta veio dar razão às suas palavras de então.

Como não surgiram mais eleitos interessados em discutir esta matéria, o Sr. Presidente pôs o 2º ponto da agenda à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



PONTO 3 - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 1999

O Sr. Vereador Jorge Pinto afirmou que, à semelhança dos anos anteriores e de acordo com o artº 5º da Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 37/93, de 3 de Fevereiro, a Câmara propunha o lançamento de uma derrama de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas abrangidas pela taxa prevista no nº 1 do artº 68º do Código do IRC, na parte relativa ao rendimento gerado no concelho, e que o valor da mesma, estimado em 200.000 cts, se destina a financiar investimentos a efectuar no centro histórico, no âmbito do PROCOM, e infra-estruturas em freguesias rurais, particularmente a construção da ETAR de Valverde que, dada a actual situação de esgotamento do PORA, não é credível que se consiga obter financiamento por esta via, sendo integralmente financiada pelo Município.

O Sr. José Zorrinho recordou que, sempre que este assunto tem sido debatido desde há vários anos, nas reuniões da Assembleia, o PS tem argumentado que não é positivo para o concelho de Évora criar um incentivo negativo e uma discriminação negativa, dado que se utiliza, por norma, as taxas máximas de derrama, e que ocorreram, nalgumas sessões, longas discussões sobre aquilo que é a possibilidade de se fazer uma menor cobrança directa que poderia gerar condições para uma maior cobrança indirecta, porque daí adviriam outro tipo de investimentos, sendo este o motivo pelo qual os seus eleitos se iriam abster. De qualquer modo, considerou correcto o destino a dar ao dinheiro, fazendo votos para que a ETAR de Valverde seja construída rapidamente e que o PROCOM seja um sucesso.

O Sr. Vereador Jorge Pinto, reagindo à alocação do Sr. Zorrinho, frisou que do conjunto dos 200.000 cts contam, de forma significativa, os impostos pagos pela Siemens, pelo Modelo, pelo Feira Nova, etc., pelo que quando a Câmara faz incidir os mesmos sobre agentes económicos que predominantemente vão pagar a grande parte da fatia em causa, o que está a exercer é, tão só, um bom instrumento de redistribuição dos impostos, na medida em que eles são aplicados a favor do pequeno comércio.

O Sr. Presidente constatando que nenhum dos presentes desejou continuar a debater o 3º ponto da ordem de trabalhos, colocou o mesmo à votação, tendo sido aprovado por maioria, com nove abstenções.



PONTO 4 – CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

O Sr. Vereador Jorge Pinto proclamou que a Vereação decidiu que a taxa a aplicar aos prédios urbanos, para efeito de Contribuição Autárquica, se deveria situar em 1.1, exactamente igual à do ano passado, cuja proposta colocava à ponderação da Assembleia.

Não havendo intenção por parte dos autarcas presentes em discutir o assunto, o Sr. Presidente pôs à votação o 4º ponto da ordem do dia, o qual foi aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos da presente acta, nos termos do nº 4, do artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29/3.

Verificado o desinteresse do público em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e três minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Bizarro

O 1º SECRETÁRIO

A SUBSTITUTA DO 2º SECRETÁRIO

Diamantino Dias

Maria Sarmento Couvinha

(Acta aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 4 abstenções, na sessão de 30 de Abril de 1999)